

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

183 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 23/10 a 27/10/2023

1. CONSELHO EUROPEU	1
2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
FISC	2
AFCC	2
3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - GOVERNAÇÃO ECONÓMICA	3
4. REVISÃO DOS TRATADOS - POSIÇÃO DO PE	3
5. BANCO CENTRAL EUROPEU - TAXAS DE JURO	4
6. AGÊNCIA DA UE SOBRE DROGAS - FUTURO	5
7. FÓRUM MINISTERIAL UE-BALCÃS OCIDENTAIS SOBRE JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS	5
8. COMISSÃO EUROPEIA	6
Administração pública moderna e eficaz	6
Escassez de medicamentos	6
Indústria eólica europeia	7
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho (Agricultura e Pescas)	7
Conselho dos Negócios Estrangeiros	8
Reunião informal dos ministros das Telecomunicações	8
Conselho dos Assuntos Gerais	8
Cimeira Social Tripartida	8
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9

1. CONSELHO EUROPEU

Realizou-se, nos dias 26 e 27 de outubro, uma reunião do Conselho Europeu, em Bruxelas. A 27 de outubro, realizou-se a [Cimeira do Euro](#), que adotou uma declaração final (disponível [aqui](#)).

Nos termos da [carta de convite do presidente Charles Michel aos membros do Conselho Europeu \(comunicado de imprensa, 25 de outubro de 2023\)](#), a ordem do dia incluía um debate sobre a atual situação no Médio Oriente, o apoio continuado à Ucrânia face à guerra de agressão da Rússia, o orçamento de longo prazo da UE, a economia, a migração e as relações externas. O PE disponibilizou o seu habitual *press kit*, disponível [aqui](#), bem como a intervenção da sua Presidente, Roberta Metsola, que pode ser lida [aqui](#).

Foram adotadas Conclusões, disponíveis [aqui](#).

- **Médio Oriente:** a 15 de outubro, os membros do Conselho Europeu adotaram uma [declaração](#) que estabelece a posição comum da UE sobre o ataque do Hamas a Israel, na qual condenaram o Hamas com a maior veemência possível, reconheceram o direito de Israel de se defender em conformidade com o direito internacional e o direito internacional humanitário, apelaram ao Hamas para que liberte imediatamente todos os reféns, apelaram à prestação de ajuda humanitária urgente e declararam estar prontos a apoiar a população civil em Gaza, em coordenação com os parceiros.



Realizou-se, ainda, uma [reunião extraordinária do Conselho Europeu a 17 de outubro de 2023](#), a fim de avaliar a evolução da situação no Médio Oriente.

- **Revisão intercalar do orçamento de longo prazo da UE:** o atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP) abrange o período 2021-2027 e tem enfrentado desafios inesperados (as consequências da guerra da Rússia contra a Ucrânia, a aceleração da inflação e das taxas de juro). Neste contexto, em 20 de junho de 2023, a Comissão Europeia apresentou [três propostas legislativas para reforçar o orçamento da UE](#), sendo que os líderes forneceram orientações quanto à revisão intercalar, nomeadamente quanto às necessidades mais prementes e à forma de financiar as futuras prioridades.
- **Guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia:** o Conselho debruçou-se sobre a evolução recente na guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a continuação do [apoio da UE à Ucrânia](#), incluindo o apoio financeiro, militar e humanitário.
- **Economia e competitividade:** com base nos debates realizados nas reuniões do Conselho Europeu de [março](#) e [junho](#) de 2023, os dirigentes da UE debateram os progressos realizados e as medidas destinadas a criar uma economia sólida e preparada para o futuro que garanta a prosperidade a longo prazo.
- **Migração:** foi realizado um debate estratégico sobre a [migração](#), no seguimento dos debates que tiveram lugar na reunião informal do [Conselho Europeu de Granada](#), em 6 de outubro de 2023.

O *Politico* disponibilizou o seu habitual *live blog* ([aqui](#)), com a cobertura integral do Conselho.

2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

FISC

Teve lugar a [reunião interparlamentar organizada pela Subcomissão dos Assuntos Fiscais do Parlamento Europeu dedicada ao tema «O futuro da tributação na UE: desafios futuros e mudanças necessárias»](#). A Assembleia da República participou nesta reunião com uma delegação composta pelos Deputados Carlos Brás (PS), Alexandre Simões (PSD) e Rui Afonso (CH) da Comissão de Orçamento e Finanças. Nesta reunião, inserida no [Simpósio de Tributação](#), os trabalhos foram divididos em dois dias, sendo o primeiro dia organizado pela Comissão Europeia e o segundo dia dedicado aos trabalhos no Parlamento Europeu.

Ao longo dos dois dias foram debatidos [temas](#) como o IVA no mundo digital, o papel da fiscalidade comportamental, equilíbrio entre incentivos e redistribuição e o futuro da tributação do rendimento das pessoas singulares, o papel da tributação do património na combinação de impostos do futuro, tributação da próxima geração e mudanças estruturais, a tomada de decisões em matéria de fiscalidade e a combinação dos níveis nacional, comunitário e internacional, acordo internacional e o enquadramento fiscal das empresas no mercado único, o futuro da fiscalidade na UE e os seus desafios e o papel da fiscalidade na relação entre competitividade e equidade.

A reunião contou com a presença de ministros das finanças, deputados do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, responsáveis políticos de alto nível, académicos e representantes da sociedade civil. Foi assim realizado um amplo debate sobre todos os tipos de impostos, cobrados a todos os níveis de governação, assim como aprofundados aspetos específicos da combinação de impostos e consideração das suas perspetivas a longo prazo, discutidas experiências comuns e boas práticas. O vídeo dos debates encontra-se disponível [aqui](#).

AFCO¹

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu organizou uma [reunião interparlamentar sobre a «Preparação para as eleições europeias 2024»](#). A reunião decorreu em formato presencial e virtual e a Assembleia da República participou no evento com uma delegação constituída pelos Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Hugo Carneiro (PSD), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pelas Deputadas Rosário Gambôa (PS) e Catarina Rocha Ferreira (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus.

O Presidente da Comissão AFCO, Salvatore de Meo (PPE, IT) sublinhou a importância para o Parlamento Europeu da cooperação e diálogo com os Parlamentos nacionais em matérias fundamentais para o reforço da democracia europeia como as que constituíam o objeto do debate: as eleições europeias e a aplicação das disposições dos Tratados relativas aos Parlamentos nacionais.

Os relatores Domènec Ruiz Devesa (S&D, ES) e Sven Simon (PPE, DE) apresentaram as principais mensagens políticas da resolução do PE sobre este [ato eleitoral](#) e o [processo conducente à eleição do presidente da Comissão](#), as quais reiteravam o objetivo de algumas das propostas da reforma eleitoral (que não chegou a ser discutida no Conselho). O [debate](#) subsequente, com ampla participação de Deputados ao PE e aos Parlamentos nacionais, versou sobre a necessidade do reforço da adesão às urnas e combate à abstenção; o processo de apresentação de candidaturas ao cargo de presidente da Comissão; a garantia da possibilidade de exercício do direito de voto para todos os cidadãos da União, designadamente pessoas com deficiência e cidadãos em mobilidade; a necessidade de combate à desinformação e à ingerência estrangeira e, em geral, a necessidade de corresponder às várias propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa que visavam o fortalecimento da democracia europeia, designadamente em matéria de participação dos jovens. A intervenção do deputado e relator Paulo Rangel (PPE, PT) sobre a resolução relativa à [aplicação das disposições dos Tratados relativas aos](#)

¹ Ponto elaborado por Nélia Monte Cid, Assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

[Parlamentos nacionais](#) suscitou igualmente amplo debate, tendo a reunião culminado com a apresentação da campanha de informação do PE sobre o próximo ato eleitoral de junho de 2024. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - GOVERNAÇÃO ECONÓMICA²

Teve lugar nos dias 26 e 27 de outubro, em Madrid, a [Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na UE \(artigo 13.º TECG\)](#), tendo a Assembleia da República participado nesta conferência com uma delegação composta pelos Deputados Ana Bernardo (PS), Artur Soveral Andrade (PSD) e Rui Afonso (CH), da Comissão de Orçamento e Finanças, Miguel Iglésias (PS) e Paulo Moniz (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus, e Paula Reis (PS) e Lina Lopes (PSD), da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

Do programa da conferência constavam quatro sessões de debate, dedicadas aos seguintes temas: *desafios da governação e a recuperação económica da UE no contexto internacional, a arquitetura da nova governação - os planos orçamentais estruturais a médio prazo e as trajetórias específicas de despesas líquidas para cada país*, assim como *a sustentabilidade da dívida e prudência orçamental no quadro da UEM, integração do pilar social na governação económica e a autonomia estratégica aberta da UE*.

Durante o período de debate, os parlamentares focaram, nomeadamente, a proposta da Comissão Europeia sobre o **relançamento da governação económica da UE**, com opiniões díspares relativamente ao seu alcance, as potencialidades do STEP (Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa), os desafios que a Europa enfrenta e a necessidade de reduzir a dependência externa no que se refere ao campo energético, a importância da sustentabilidade da dívida, o reforço dos investimentos na área securitária, a capacidade fiscal, a conclusão da UEM e o desenvolvimento da política orçamental e monetária como objetivos principais, com destaque ainda para a flexibilidade das regras orçamentais a curto, médio e longo prazo e trajetórias de despesa relacionadas e o reforço do papel dos Parlamentos nacionais no âmbito da maior apropriação pelos Estados-Membros. No âmbito do **pilar social**, foi destacada a necessidade de clarificação dos critérios para investimentos e reformas, o seu reflexo na área da despesa, o foco na educação e competências e ajustamento dos planos orçamentais a esta realidade, as referências aos resultados da Cimeira Social do Porto, à transição digital e ecológica nesta área e os seus benefícios, assim como as questões demográficas nos Estados-Membros. Por fim, os debates sobre a **autonomia estratégica aberta** focaram principalmente a questão relativa aos recursos, à dependência externa e à soberania a nível industrial e tecnológico, a transição digital e a utilização de inteligência artificial e a sua relação com o respeito pelos direitos fundamentais, o reforço de parcerias, como a parceria transatlântica, e a importância das interconexões energéticas.

A documentação relativa a esta conferência encontra-se disponível [aqui](#) e os vídeos das sessões [aqui](#).

4. REVISÃO DOS TRATADOS - POSIÇÃO DO PE

Temos dado nota em sínteses anteriores (e.g. n.º [176](#) e [177](#)) dos trabalhos na Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) sobre as propostas do Parlamento Europeu para a alteração dos Tratados. Esta semana, foi aprovado o relatório sobre esta matéria, que tem como relatores os Deputados Guy Verhofstadt (BE, Renew), Sven Simon (DE, PPE), Gabriele Bischoff (DE, S&D), Daniel Freund (DE, Verdes) e Helmut Scholz (DE, A Esquerda). O relatório será agora submetido a votação pelo Plenário do PE, na sessão de 20 a 23 de novembro.

O detalhe está disponível [aqui](#) e o relatório, que inclui o projeto de alteração dos Tratados, foi aprovado com 19 votos a favor, 6 contra e 1 abstenção, e constituirá o contributo do Parlamento numa Convenção para a revisão

² Ponto elaborado por Elodie Rocha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

dos Tratados da União Europeia. A resolução que o acompanha foi adotada com 20 votos a favor, 6 contra e nenhuma abstenção. Os Deputados reiteraram o seu pedido de alteração dos Tratados da UE e solicitam ao Conselho que *"apresente imediatamente e sem deliberação as propostas [...] ao Conselho Europeu"*, para que possa ser convocada uma Convenção.

Neste relatório, defende-se um sistema mais bicameral que reforce o papel do Parlamento Europeu e altere os mecanismos de votação no Conselho. Considera-se que a UE estaria mais bem preparada para agir, aumentando consideravelmente o número de decisões por maioria qualificada (VMQ) e através do processo legislativo ordinário (PLO), enquanto o Parlamento adquiriria um direito de iniciativa legislativa de pleno direito e tornar-se-ia um co-legislador para o orçamento de longo prazo da UE.

É proposto um sistema que inverte os atuais papéis do Conselho e do Parlamento na eleição do Presidente da Comissão (que passaria a designar-se "Executivo Europeu"), passando o PE a nomear o Presidente da Comissão e o Conselho Europeu a aprová-lo. Os deputados propõem também que o Presidente da Comissão possa escolher os seus membros com base nas preferências políticas, assegurando simultaneamente o equilíbrio geográfico e demográfico. O projeto de relatório solicita a introdução de um mecanismo de referendo à escala da UE sobre questões relevantes para as ações e políticas da União.

Além disso, propõe-se o estabelecimento de competências exclusivas da UE em matéria de ambiente e biodiversidade e competências partilhadas em questões de saúde pública, proteção civil, indústria e educação, bem como o reforço das competências partilhadas da União nos domínios da energia, dos assuntos externos, da segurança externa e da defesa, da política de fronteiras externas no espaço de liberdade, segurança e justiça e das infra-estruturas transfronteiriças.

O projeto de relatório inclui igualmente propostas sobre política externa, de segurança e de defesa (sanções e etapas do processo de alargamento provisório, decisões da VMQ, bem como uma união de defesa com capacidade militar), economia e o orçamento (luta contra os paraísos fiscais, votação por maioria qualificada para as decisões em matéria de fiscalidade, períodos de 5 anos para o orçamento a longo prazo), um protocolo de progresso social, clima e ambiente (redução do aquecimento global e salvaguarda da biodiversidade como objetivos da União), política energética (uma União Europeia integrada da energia) e migração (normas mínimas comuns em matéria de cidadania e vistos, reforço das medidas de segurança nas fronteiras, estabilidade económica e social e disponibilidade de mão de obra qualificada).

5. BANCO CENTRAL EUROPEU - TAXAS DE JURO

O Conselho do BCE decidiu esta semana manter as três taxas de juro diretoras inalteradas, parando assim as subidas que se verificaram nos últimos meses (detalhe [aqui](#)). O BCE considera que a informação que tem vindo a ser disponibilizada confirmou a anterior avaliação das perspetivas de inflação a médio prazo: ainda se espera que a inflação permaneça demasiado elevada durante demasiado tempo e as pressões internas sobre os preços permanecem fortes. Ao mesmo tempo, a inflação desceu consideravelmente em setembro, incluindo devido a fortes efeitos de base, e a maioria das medidas da inflação subjacente continuou a abrandar.

O BCE menciona, ainda, que os anteriores aumentos das taxas de juro decididos pelo Conselho do BCE continuam a ser transmitidos de forma vigorosa às condições de financiamento. Tal está cada vez mais a atenuar a procura, ajudando, desse modo, a reduzir a inflação.

Face ao que precede, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 4,50%, 4,75% e 4,00%, respetivamente.

6. AGÊNCIA DA UE SOBRE DROGAS - FUTURO

Nos dias 30 e 31 de outubro, os Deputados da Comissão das Liberdades Cívicas vão [visitar](#) o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, que em breve se tornará na Agência da União Europeia sobre Drogas.

Esta delegação é composta pelas Deputadas [Isabel Santos](#) (S&D, Portugal) e [Ramona Strugariu](#) (Renew, Roménia), que visitarão [Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência](#), em Lisboa, Portugal, para debater o novo mandato da instituição. Este deverá entrar em vigor no início de 2024, na sequência da [adoção pelo Parlamento e pelo Conselho](#) no início do ano.

O programa inclui reuniões com o diretor, Alexis Goosdeel, e com os quadros da futura Agência da União Europeia sobre Drogas, para também abordarem os atuais desafios políticos relacionados com a droga na Europa e no mundo, o [plano de ação europeu contra o tráfico de droga](#) e a futura cooperação com o Parlamento Europeu.

7. FÓRUM MINISTERIAL UE-BALCÃS OCIDENTAIS SOBRE JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

Os ministros dos assuntos internos e da justiça de Espanha, em representação da Presidência do Conselho da União Europeia, juntamente com a Comissão Europeia, representada pelos comissários europeus responsáveis pelos Assuntos Internos e pela Justiça, reuniram-se em 26 e 27 de outubro com os seus homólogos dos Balcãs Ocidentais no [Fórum Ministerial UE-Balcãs Ocidentais sobre Justiça e Assuntos Internos](#), que se realiza anualmente. Na reunião participaram também representantes das próximas Presidências belga e húngara do Conselho da UE.

No âmbito dos assuntos internos, foi debatida a luta contra o terrorismo e prevenção e luta contra o extremismo violento, tendo sido congratulados os resultados alcançados ao longo dos cinco anos de execução do *Plano de Ação Conjunto de Combate ao Terrorismo para os Balcãs Ocidentais* e debatidas as ameaças emergentes como o extremismo violento, a difusão de conteúdos extremistas violentos em linha e os possíveis atentados a infraestruturas críticas. Foi ainda discutido o combate ao impacto da droga nas sociedades. Ambas as partes acordaram em reforçar a cooperação policial, inclusivamente através da Europol e no âmbito da Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas (EMPACT).

Sobre migrações, asilo e gestão de fronteiras, foram reconhecidos os progressos realizados na execução do *Plano de Ação da UE para os Balcãs Ocidentais*, assim como as ações coordenadas – em especial no que diz respeito ao alinhamento da política de vistos nos Balcãs Ocidentais pela política de vistos da UE – que significaram uma diminuição da pressão migratória global sobre a rota dos Balcãs Ocidentais, reconhecendo, no entanto, que a rota continuava muito ativa. Reconheceram o papel essencial da Frontex, os resultados da parceria Operacional contra a Introdução Clandestina de Migrantes, os esforços envidados pelos parceiros dos Balcãs Ocidentais no sentido de melhorar a aplicação dos acordos de readmissão existentes entre a União Europeia e os Balcãs Ocidentais e a importância de melhorar o registo dos migrantes e de reforçar os sistemas de asilo e acolhimento nestes países, em conformidade com as normas da UE.

No que se refere ao campo da justiça, a UE e os Balcãs Ocidentais confirmaram a importância dos seus compromissos no sentido de defender o Estado de direito e aumentar a confiança do público no sistema judiciário, tendo as partes reiterado a sua total solidariedade para com a Ucrânia e o seu apoio inabalável à independência, à soberania e à integridade territorial do país dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como ao direito inerente de legítima defesa da Ucrânia contra a agressão russa.

8. COMISSÃO EUROPEIA

Administração pública moderna e eficaz

A Comissão Europeia adotou uma [comunicação para «Reforçar o espaço administrativo europeu» \(ComPAct\)](#), propondo ações concretas para ajudar as administrações públicas a satisfazer as necessidades das pessoas e das empresas em toda a Europa.

O ComPAct é assim o primeiro conjunto abrangente de ações da Comissão para apoiar a modernização das administrações nacionais e reforçar a sua colaboração transnacional para fazer face a desafios comuns. As principais medidas propostas no sentido de promover a cooperação e diálogo político e melhorar a qualidade das administrações públicas prendem-se com a:

- **promoção da cooperação** entre as administrações públicas no sentido de se prepararem para os desafios atuais e futuros, com destaque para a «Cooperação e intercâmbios entre administrações públicas» (PACE);
- **reforço da capacidade** das administrações públicas na perspetiva da sua **transformação digital**, integrando tecnologias de IA nas respetivas operações de forma segura e fiável;
- **reforço da capacidade** das administrações públicas para impulsionar a **transformação ecológica** e reforçar a resiliência, apoiando a avaliação e redução da sua pegada de carbono organizacional.

Prevê-se ainda um conjunto comum de princípios gerais para melhorar o desempenho das administrações públicas e que a Comissão execute as ações principalmente através do Instrumento de Assistência Técnica (IAT). De acordo com esta iniciativa, os Estados-Membros podem participar no ComPAct ao ritmo que decidirem e de acordo com as respetivas necessidades e estrutura institucional.

A secção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema complementa esta informação.

Escassez de medicamentos

A Comissão adotou ainda um conjunto de medidas para [prevenir e atenuar as situações críticas de escassez de medicamentos na UE](#), com especial foco nos medicamentos mais críticos.

Foram já tomadas várias medidas nesse sentido, como a identificação pela Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias ([HERA](#)) e a Agência Europeia de Medicamentos ([EMA](#)) dos [antibióticos essenciais](#) (incluindo as suas formulações pediátricas específicas) para os quais antecipam o risco de situações críticas de escassez antes do inverno.

O conjunto de medidas agora adotado procura intensificar ações para:

- **lançamento de um Mecanismo Europeu de Solidariedade Voluntária** para os medicamentos, que sinaliza as necessidades de um Estado-Membro para determinado medicamento aos outros Estados-Membros, que podem responder redistribuindo os medicamentos disponíveis;
- **estabelecer uma lista da União de medicamentos críticos** para analisar a cadeia de abastecimento de medicamentos selecionados até abril de 2024 e que indicará os domínios em que são necessárias medidas adicionais;
- **flexibilidade regulamentar**: os Estados-Membros podem recorrer a isenções regulamentares para permitir que os medicamentos cheguem aos doentes em tempo útil, incluindo o prolongamento do prazo de validade ou a autorização rápida de alternativas;
- **orientações da UE sobre contratação pública** para a aquisição de medicamentos, que visam reforçar a segurança do aprovisionamento;

- **contratação pública conjunta** da UE, para o próximo inverno, de antibióticos e medicamentos para vírus respiratórios.

No âmbito de medidas estruturais de apoio à segurança do aprovisionamento a longo prazo, a Comissão tenciona criar uma Aliança para os Medicamentos Críticos, que estará operacional no início de 2024. O trabalho da Aliança centrar-se-á num número específico de medicamentos críticos com maior risco de escassez e mais impacto nos sistemas de saúde, procurando coordenar as práticas em matéria de contratos públicos a nível da UE; explorar formas de diversificar as cadeias de abastecimento mundiais através de parcerias estratégicas; reforçar a capacidade da Europa para produzir e inovar no fabrico de medicamentos e ingredientes críticos de forma coordenada; desenvolver uma abordagem estratégica comum para a constituição de reservas de medicamentos na UE; e ajudar a alavancar e alinhar o financiamento nacional e da UE.

Por fim, a Comissão criará uma rede de parceiros internacionais para abordar a resiliência da cadeia de abastecimento, assim como parcerias estratégicas com países terceiros para a produção de medicamentos críticos, refletindo tanto as exigências locais como as necessidades a nível da UE e a nível mundial.

Mais informação sobre a matéria encontra-se disponível [aqui](#), incluindo a habitual secção de [perguntas e respostas](#).

Indústria eólica europeia

Por fim, a Comissão estabeleceu medidas imediatas para [apoiar a indústria eólica europeia](#). Embora o setor da energia eólica seja uma história significativa de sucesso da UE, continuam a subsistir um conjunto único de desafios como a procura insuficiente e incerta, a lentidão e complexidade das licenças, a inflação elevada e os preços das matérias-primas, a conceção pouco favorável dos concursos nacionais, o aumento da pressão por parte dos concorrentes internacionais e os riscos em matéria de disponibilidade de mão-de-obra-qualificada.

A Comissão lançou assim um [Plano de Ação europeu para a energia eólica](#), a fim de assegurar que a transição para as energias limpas é indissociável da competitividade industrial. O plano de ação é acompanhado de uma [Comunicação sobre a concretização das ambições da UE em matéria de energia marítima](#), incluindo a energia eólica, no seguimento da [Estratégia da UE para aproveitar o potencial de energia de fontes renováveis ao largo](#), adotada há três anos.

O Plano de Ação estabelece medidas imediatas como:

- *Aceleração da implantação através de uma maior previsibilidade e de um licenciamento mais rápido;*
- *Melhoria da conceção dos leilões;*
- *Acesso ao financiamento;*
- *Um ambiente internacional justo e competitivo;*
- *Competências;*
- *Envolvimento da indústria e compromissos dos Estados-Membros.*

A secção de [perguntas e respostas](#) encontra-se disponível.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

Os [ministros das pescas](#) chegaram a um acordo político sobre os [totais admissíveis de capturas](#) (TAC) e as quotas do próximo ano para as unidades populacionais de peixes mais importantes do ponto de vista comercial no mar Báltico e trocaram pontos de vista sobre a reunião anual da Comissão Internacional para a Conservação

dos Tunídeos do Atlântico. No âmbito da [agricultura](#), os ministros debateram a situação dos mercados agrícolas e dos produtos de base e tomaram nota das informações prestadas pela Comissão sobre as perspetivas a curto prazo para os mercados agrícolas, tendo a Presidência concordado com a Comissão quanto à importância de reforçar os corredores solidários e de encontrar rotas alternativas com custos logísticos mais baixos. Por fim, foram debatidos os aspetos relacionados com os alimentos da proposta que altera a Diretiva-Quadro Resíduos.

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Foi realizado um [debate sobre a situação em Israel e na região](#), tendo os ministros condenado novamente o ataque terrorista do Hamas e o direito de Israel se defender em conformidade com o direito internacional humanitário. O Conselho debateu também a melhor forma de responder às necessidades mais urgentes da Ucrânia, nomeadamente aumentando o apoio em matéria de defesa aérea e munições, trocou pontos de vista sobre propostas concretas para os futuros compromissos da UE em matéria de segurança - combinando a assistência militar tradicional com outros elementos relacionados com a cibersegurança, a desminagem e o reforço global da resiliência da Ucrânia. O alto representante salientou a necessidade de reforçar a indústria de defesa da UE através da intensificação da produção de munições, de modo a satisfazer as necessidades da Ucrânia e a repor as reservas da UE, e os ministros discutiram ainda a melhor forma de apoiar a Fórmula Ucraniana para a Paz.

Reunião informal dos ministros das Telecomunicações

Os [ministros focaram as suas discussões](#) na forma de tornar a UE uma referência em matéria de direitos digitais e fizeram progressos no que respeita ao futuro regulamento sobre a inteligência artificial. Foi aprovada uma [declaração conjunta](#) sobre o desenvolvimento de uma neurotecnologia humanista que proteja os direitos digitais e contribua para o progresso em direção a uma autonomia estratégica aberta. Passaram ainda em revista os desafios do setor das telecomunicações e as realizações nacionais no âmbito dos objetivos da Década Digital 2030.

Conselho dos Assuntos Gerais

Os ministros fizeram o [balanço dos progressos](#) realizados relativamente ao pedido apresentado pela Espanha no sentido de incluir o catalão, o basco e o galego no Regulamento n.º 1/1958, que estabelece o regime linguístico da UE. Foi pedido à Comissão que preparasse uma análise técnica das implicações do pedido da Espanha em termos de custos e a Comissão confirmou que está pronta para apresentar essa análise, trabalhando em cooperação com as demais instituições da UE, sendo apresentada em breve uma proposta adaptada. No âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito, os ministros realizaram um debate específico por país (Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda e Grécia). A Comissão apresentou a sua comunicação intitulada "*Alterações demográficas na Europa: conjunto de instrumentos de ação*", tendo os ministros procedido a uma troca de pontos de vista sobre os desafios demográficos que a Europa enfrenta, com destaque para os instrumentos de ação da UE e as próximas etapas que possam ser mais eficazes para responder aos desafios demográficos e ao seu impacto na competitividade. Foi ainda dada continuidade à preparação da reunião do Conselho Europeu de 26 e 27 de outubro de 2023, e aprovada a estratégia de segurança marítima da UE revista e o seu plano de ação.

Cimeira Social Tripartida

Os [dirigentes da UE e os parceiros sociais](#) reuniram-se para debater o tema "*Lançar as bases de uma economia europeia de sucesso para trabalhadores e empresas*". Os participantes focaram-se assim na necessidade de colmatar a escassez de mão de obra, numa política industrial e energética para uma Europa de sucesso, com empregos de qualidade e um crescimento sustentável, na resposta à Lei de Redução da Inflação dos Estados Unidos e medidas para a economia europeia – ponto de vista dos parceiros sociais. As declarações do Presidente do Conselho Europeu após a Cimeira encontram-se disponíveis [aqui](#) e as principais mensagens [aqui](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana não se encontram previstos trabalhos no Parlamento Europeu (semana verde).

Comissão Europeia

Não se encontra prevista reunião do colégio de Comissários na próxima semana.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 30.10: [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Turismo](#)

Bruxelas | 27 de outubro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).